

Entrelaçamentos mais-que-humanos: o caso do Rio Botas

Carolina Santos da Silva¹

Resumo

Com as anomalias causadas pelas mudanças climáticas, eventos extremos são cada vez mais frequentes, ocasionando grandes períodos de seca seguidos por chuvas intensas que acarretam alagamentos, proliferação de doenças e convivência com outros entes mais que humanos, comumente chamados de "pragas urbanas". As enchentes em Nova Iguaçu não são apenas um fenômeno climático, mas refletem uma complexa teia de desigualdades sociais, raciais e ambientais. Assim, pode se tornar um ponto chave para discutir as camadas de exclusão que operam na distribuição espacial urbana bem como as relações mais-que-humanas que se estabelecem nessa paisagem.

Palavras-chave

chuva; mudanças climáticas; enchentes; multiespécie; águas, pragas urbanas.

As cidades brasileiras, especialmente aquelas marcadas por processos históricos de urbanização desigual, tornaram-se espaços onde diferentes modos de vida (humanos e não-humanos) se entrelaçam em disputas constantes por sobrevivência, coordenação e controle. A Baixada Fluminense revela de forma aguda como os efeitos da urbanização desordenada produzem ecologias urbanas singulares, nas quais enchentes recorrentes, acúmulo de lixo, canais de esgoto a céu aberto e córregos degradados criam condições férteis para a proliferação de insetos, roedores e outras espécies comumente classificadas como “pragas”.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Pensar a vida urbana nesses contextos exige ultrapassar os limites de uma análise centrada apenas nos humanos. Autores como Ingold (2012), Haraway (2008), Kirksey e Helmreich (2010), Brighenti e Pavoni (2020), Tsing (2015) e Filipović (2019) têm mostrado como as cidades se configuram como malhas, ou seja, ecologias em constante fricção. Essa leitura desloca o foco de narrativas lineares de progresso técnico e das dicotomias natureza/cultura, propondo compreender como infraestruturas frágeis, zoonoses emergentes, enchentes devastadoras e políticas públicas ausentes formam um campo de forças que moldam tanto o viver urbano quanto às formas de resistência e adaptação. É nesse horizonte que esse trabalho se propõe refletir sobre as ecologias urbanas de Nova Iguaçu, na região metropolitana do Rio de Janeiro — localidade marcada pela expansão periférica e pela degradação ambiental —, buscando entender como humanos e outros seres convivem em meio à instabilidade e ao risco.

A Baixada Fluminense consolidou-se, ao longo do século XX, como território de “terras abundantes e baratas, cortadas por várias linhas férreas próximas à capital” (SILVA, 2017, p. 10). Esse processo foi impulsionado pela migração de populações vulnerabilizadas, expulsas das áreas centrais pelas reformas higienistas do início do século passado. Nova Iguaçu, em particular, passou por uma explosão demográfica a partir da década de 1950, recebendo trabalhadores atraídos pela industrialização das regiões vizinhas. Desde o início, contudo, esse crescimento urbano se deu sem planejamento, levando à ocupação de várzeas e áreas de risco e à construção de moradias sobre margens alagáveis. O Rio Botas e seus afluentes, nesse sentido, tornaram-se testemunhas de uma história marcada pela desigualdade social e pela degradação ambiental: a ausência de drenagem adequada, somada à poluição por resíduos sólidos e industriais, transformou o rio em vetor de doenças e agente de vulnerabilidade social.

Sendo um dos principais braços do Rio Iguaçu, o Rio Botas percorre cerca de 25 km e atravessa municípios como Nova Iguaçu, Belford Roxo e parte de Queimados, possuindo aproximadamente 20 afluentes. Limitado ao sul pela Área de Proteção Ambiental (APA) Gericinó-Mendanha e, a leste, pelo Rio Iguaçu e pela APA Alto Iguaçu (MERLO, 2021), o Botas apresenta margens intensamente degradadas e altos índices de poluição. A historiografia urbana local (MERLO, 2021; BRITTO et al., 2016) mostra que as políticas públicas foram incapazes de enfrentar as enchentes recorrentes: projetos de canalização e dragagem,

frequentemente pontuais, falharam em conter alagamentos, agravados nos últimos anos pelos efeitos das mudanças climáticas.

A geomorfologia de Nova Iguaçu é marcada por dois grandes maciços rochosos: o de Tinguá, ao norte, com 1600 metros de altitude; e o de Gericinó-Mendanha, ao sul, com 974 metros, separados por uma ampla planície intercalada por colinas. Essa configuração, conhecida regionalmente como “mar de morros”, favorece a formação de extensas áreas alagáveis, especialmente nas zonas planas cortadas por rios e afluentes, entre eles o Rio Botas. A urbanização desordenada e a ausência de políticas eficazes de drenagem intensificam os efeitos das cheias, ampliando a vulnerabilidade das populações que ocupam suas margens. O tempo de escoamento das águas se prolonga devido à baixa declividade, tornando frequentes os episódios de inundação. Entre novembro e abril, período que concentra cerca de 75% do volume pluviométrico anual (FRANCISCO, 1993), os efeitos das chuvas se fazem sentir de maneira mais dramática.

Esses eventos se multiplicaram nos últimos anos. Em 2019, uma forte chuva de granizo atingiu a cidade, danificando mais de sete mil residências e deixando 32 mil pessoas afetadas. Em abril de 2022, caíram 166 mm de chuva em quatro horas, o equivalente a 175% da média mensal, provocando alagamentos, enxurradas e deslizamentos que afetaram cerca de 800 mil habitantes. Em janeiro de 2024, o volume chegou a 235 mm em 14 horas, com registros de mortes, desaparecimentos e desabrigados. Já em janeiro de 2025, o temporal de 119 mm em seis horas fez o Rio Botas transbordar, atingindo 5,40 metros em Moquetá e alagando diversos bairros.

As chuvas que ciclicamente atingem Nova Iguaçu não são apenas fenômenos meteorológicos isolados, mas manifestações materiais de uma urbanização desigual que redefine continuamente os limites entre o seco e o alagado, o habitável e o inabitável. Cada enchente reinscreve, nas margens do Botas, a história de um projeto urbano que naturalizou a precariedade como condição de vida. Diante desse cenário, compreender as relações entre humanos e não-humanos requer deslocar o olhar das soluções técnicas — drenagem, contenção, remoção — para os modos de convivência que se tecem nas margens instáveis.

A reflexão sobre o trânsito dos animais entre a condição de seres mais-que-humanos

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

para a de pragas urbanas pode ser aprofundada a partir do diálogo com autores como Philippe Descola, Donna Haraway, Anna Tsing, Tim Ingold e Kirksey & Helmreich, que fornecem chaves analíticas para pensar ecologias partilhadas, precariedades e interdependências. A força de suas contribuições está em desmontar a oposição clássica entre natureza e cultura, deslocando a ideia de que animais e humanos pertencem a domínios distintos, para evidenciar que estão sempre implicados em redes de vida e de morte, em arranjos instáveis e em mundos que se constituem mutuamente.

É nesse ponto que a proposta de Donna Haraway (2016), ao sugerir que “fiquemos com o problema”, torna-se especialmente fértil. A autora nos convida a permanecer junto às instabilidades ambientais, reconhecendo que não há solução definitiva para aquilo que é constitutivo do próprio viver urbano. Aplicada ao contexto da cidade, sua proposição indica que a convivência com o rio e com os seres que nele proliferam não deve ser pensada como uma guerra a ser vencida, mas como uma relação contínua de composição e cuidado. Essa perspectiva é essencial para pensar a categoria de praga urbana. “Ficar com o problema”, nesse contexto, significa reconhecer que esses animais são companheiros incômodos com os quais se convive, ainda que de forma conflitiva. A presença deles não é mera anomalia a ser corrigida, mas expressão das condições estruturais de desigualdade que os fazem emergir.

Em ambientes urbanos periféricos, a intervenção humana costuma limitar-se ao uso de pesticidas ou à eliminação de criadouros, estratégias pontuais que ignoram a agência de outros seres. Prezoto et al. (2019) lembram que certas espécies, como as vespas sociais, podem desempenhar papel relevante no controle de *pragas* em hortas e quintais urbanos, mostrando que organismos classificados como problemáticos também participam de ecologias de manutenção e equilíbrio. Assim, o que é visto como ameaça pode igualmente ser força de recomposição da vida urbana.

Haraway (2016) e Tsing (2015; 2021) convergem ao sugerir que a precariedade compartilhada não é um estado de falha, mas um ponto de partida para formas inventivas de coexistência. Nas fendas do colapso, humanos e animais ajustam-se mutuamente, compondo arranjos frágeis, mas persistentes. Como argumenta Tsing (2021), viver nas ruínas é reconhecer que humanos, mosquitos, ratos e outros organismos coexistem em contextos de vulnerabilidade, ainda que de modo profundamente desigual.

Em vez de projetar um futuro purificado, onde tais espécies desapareceriam, o desafio é inventar modos de coexistência com a instabilidade, cuidando de forma parcial, precária, porém insistente. Anna Tsing (2015) radicaliza essa discussão ao mostrar que os seres vivos florescem nas ruínas do capitalismo. Sua etnografia sobre os cogumelos matsutake demonstra que, mesmo em paisagens devastadas pela exploração industrial, a vida insiste em proliferar, criando arranjos inesperados.

Essa insistência da vida, no entanto, não é romântica: ela é precária. Ao falar de precariedade compartilhada, Tsing evidencia que humanos e não humanos estão igualmente expostos às incertezas das mudanças climáticas. No Rio Botas, essa ideia encontra eco nas enchentes que destroem casas e bens, mas também oferecem condições ideais para a multiplicação de mosquitos e ratos: entre águas turvas, resíduos e margens ocupadas, a vida continua. O problema não é apenas o excesso de água, mas a impossibilidade de separar o humano do não-humano em um ambiente onde ambos se constituem mutuamente.

Tim Ingold (2012; 2015) contribui ao propor que pensemos a paisagem como um *taskscape*, uma rede de tarefas e movimentos em que humanos e não humanos deixam rastros de ação. No contexto das enchentes, as marcas deixadas nas paredes, os móveis arruinados, os corpos cansados que carregam entulhos, mas também as larvas que se desenvolvem nas poças ou os rastros deixados por pequenos animais, compõem esse tecido de práticas e presenças. Habitar a paisagem, para Ingold, não é simplesmente ocupá-la, mas produzir a vida em fluxo contínuo, em copresença com outros. Os moradores do Rio Botas não apenas reagem às enchentes: ao reorganizarem seus quintais, ao improvisarem barragens ou mutirões de limpeza, eles estão redesenhando a paisagem. Ao mesmo tempo, os insetos e roedores também a habitam, reorganizando-se a partir das oportunidades abertas pelo colapso urbano.

Se Haraway e Tsing nos convidam a permanecer com as instabilidades, Descola (2017) amplia esse horizonte ao mostrar que o próprio modo como entendemos “natureza” e “cidade” condiciona as formas de lidar com elas. As enchentes, nesse sentido, tornam visíveis as ontologias que estruturam o urbano e as diferentes maneiras pelas quais natureza e cultura se enredam no cotidiano. O antropólogo propõe que não existe uma única forma de relacionar natureza e cultura; cada coletivo humano constrói modos específicos de habitar e significar o mundo.

No contexto urbano brasileiro, predomina uma concepção naturalista, herdeira do pensamento ocidental moderno, que separa a natureza, vista como recurso ou ameaça, da cidade, concebida como espaço propriamente humano e ordenado. Canalizar rios, dragar leitos ou retificar margens são expressões concretas dessa lógica de controle e separação. No entanto, no caso do Rio Botas, tais práticas revelam seus limites: as águas voltam, os rios extravasam, e com eles retornam seres que resistem às tentativas de domesticação.

De modo complementar, a etnografia multiespécie proposta por Kirksey e Helmreich (2010) ajuda a compreender esses seres não como objetos passivos de políticas de controle, mas como agentes que participam da configuração do espaço urbano. Mosquitos que se reproduzem nas águas estagnadas após as chuvas respondem a uma rede de interações entre clima, resíduos e ocupações humanas. A noção de “praga urbana”, portanto, não designa apenas um tipo de animal, mas uma posição relacional dentro da malha urbana — uma categoria que evidencia as desigualdades sociais e ambientais e os modos como diferentes vidas são valorizadas ou descartadas na cidade.

Essa perspectiva ilumina como a categoria é construída: ao classificar determinados animais como pragas, o humano reivindica para si um espaço exclusivo de habitação legítima, relegando os demais a presenças incômodas. Mas a própria etnografia multiespécie mostra que essas fronteiras nunca são estáveis: os mesmos insetos que são vistos como poluidores podem também ser bioindicadores ambientais; os ratos que são exterminados nos quintais são, em outros contextos científicos, objetos de cuidado e pesquisa; os fungos que aparecem como mofo pós-enchente são, em outros cenários, recursos medicinais ou alimentares. Essa instabilidade aponta para a necessidade de repensar o estatuto desses seres, compreendendo que a vida urbana é sempre multiespécie, ainda que marcada por desigualdades.

A abordagem multiespécie sugere que intervenções em saúde pública e em gestão ambiental não se limitem à eliminação de vetores, mas considerem a complexidade das ecologias urbanas nas quais humanos e não-humanos coexistem. Estratégias integradas de saneamento, manejo de resíduos e controle biológico podem não apenas mitigar riscos, mas também favorecer equilíbrios ecológicos mais amplos. Essa postura não nega a existência de perigos sanitários, mas recusa o simplismo da separação entre “vida” e “ameaça”.

A experiência das enchentes, nesse sentido, não deve ser compreendida como mero “desastre natural”, mas como fenômeno mais-que-humano. Ratos, baratas, fungos e bactérias proliferam nos alagamentos, configurando aquilo que Zorzenon (2002) define como sendo seres que encontram nas cidades condições ideais de reprodução quando há água, abrigo e alimento. As cheias catalisam ecologias instáveis: afetam vidas humanas, mas também intensificam a presença de outros entes, que passam da condição de seres vivos a “pragas” quando seu crescimento é percebido como ameaça. Esse trânsito revela como categorias científicas e morais se entrelaçam à ecologia urbana.

Pensar os animais como pragas ou como companheiros depende da ontologia em jogo: no naturalismo ocidental, eles aparecem como ameaças a serem eliminadas; na abordagem multiespécie, como parceiros incômodos com os quais se compartilha a vida precária. O desafio político e teórico é reconhecer que sua proliferação não é escolha individual dos moradores, e sim efeito das próprias condições de abandono e exclusão que moldam a paisagem urbana.

A categorização de certos animais como pragas urbanas é um processo sociopolítico que envolve estigmatização e controle. Filipović (2019) argumenta que insetos e pequenos vertebrados urbanos funcionam como bioindicadores de fraturas da urbanização e revelam onde essa infraestrutura falha. Em Nova Iguaçu, eles não surgem do nada: se proliferam em córregos degradados, quintais alagados e áreas de ocupação periférica, espelhando a ausência do Estado e a fragilidade dos serviços públicos.

Da mesma maneira, Brighenti e Pavoni (2020) oferecem um quadro teórico que permite compreender como os animais urbanos são simultaneamente objetos de vigilância e participantes ativos das cidades. Eles ocupam espaços disputados, negociam recursos e interagem com humanos de forma que não pode ser reduzida a uma dicotomia simples entre ameaça e companheirismo. O trabalho de Rublescki (2022) sobre drosófilas e moscas-das-frutas ajuda a pensar essa plasticidade classificatória. Em certos contextos, esses insetos são considerados indicadores ambientais; em outros, ameaças econômicas ou agrícolas. Essa multiplicidade reflete-se nessa discussão: o discurso oficial, ao chamá-los de *pragas*, moraliza a degradação e desvia o foco das dinâmicas socioambientais mais amplas que produzem a vulnerabilidade.

A noção de malha trabalhada (“meshwork”) de Tim Ingold (2012) é extremamente relevante para aprofundar a compreensão de como os animais passam de seres mais-que-humanos a pragas urbanas. Ingold propõe repensar os modos de relação entre seres vivos (humanos e não humanos) não como uma rede de pontos (onde os nós são entidades separadas conectadas por relações) mas como uma malha de linhas entrelaçadas, onde os próprios seres são trajetórias, trilhas, momentos de movimento, crescimento, co-presença.

Esse conceito oferece um quadro potente para compreender esses entrelaçamentos. Em Nova Iguaçu, enchentes, resíduos, microrganismos, políticas públicas, corpos humanos e animais formam linhas interdependentes de ação e reação. Cada enchente não é um evento isolado, mas a expressão de um conjunto de processos históricos e materiais. Nesse emaranhado, a agência é distribuída: canalizações, mutirões de limpeza e uso de inseticidas alteram certas linhas, mas outras permanecem fora de controle.

Aplicar malha ao Rio Botas permite entender que, quando uma enchente ocorre, não há apenas o encontro abrupto de “chuva + moradia precária”: há um ligamento prévio de descaso institucional, ocupações humanas nas margens, entulhos acumulados, ausência de drenagem ou sistemas de escoamento eficazes, presença de outros entes nos esgotos, enfim, essas linhas se cruzam, se tensionam e produzem efeitos mais-que-humanos. Os animais que se proliferam são nós dessa malha, não meros “problemas externos”: são parte integrante da paisagem, agentes cujas trajetórias socioculturais estão ligadas às práticas humanas..

A malha revela que o controle técnico/político sobre animais considerados pragas é sempre parcial. Porque ao intervir (canalizar rio, usar veneno, poda, limpeza de entulho), intervém-se em algumas linhas da malha, mas não em todas. Há linhas que escapam ao controle: águas subterrâneas, comportamento adaptativo de espécies, ocupações, memória afetiva. Essas linhas remanescem e emergem em novas enchentes, novas proliferações, novos conflitos. Reconhecer isso é reconhecer que praga não é uma categoria fixa, mas uma posição numa malha relacional que depende de condições ambientais, políticas, ecológicas e culturais.

Além das análises etnográficas e teóricas, as evidências oriundas da ecologia urbana oferecem um campo complementar para compreender os processos que atravessam Nova Iguaçu. Esses estudos indicam que a urbanização intensa compromete o controle biológico

natural de insetos-praga, desestabilizando redes tróficas e favorecendo a abundância de vetores (KORÁNYI et al, 2022). A fragmentação de habitats, a impermeabilização do solo e o aquecimento urbano contribuem para o aumento populacional de mosquitos e outros artrópodes (MEINEKE et al, 2013), fenômenos que se articulam com desigualdades territoriais e infraestruturais. A integração entre dados ecológicos e análises sociais revela que enchentes e proliferação de vetores nessas localidades mais fragilizadas são fenômenos co-constituídos.

O quadro apresentado evidencia que políticas tradicionais de controle de pragas e saneamento urbano são insuficientes se não considerarem a complexidade das relações multiespécies. Gandy (2023) alerta para a necessidade de *rescaling* da epidemiologia urbana, isto é, de políticas que reconheçam a circulação de patógenos em múltiplos níveis — microbiano, animal e humano — e sua interação com infra estruturas frágeis. Se liga, também, com sua noção de *zoonotic urbanisation*, que permite compreender as doenças emergentes não como falhas pontuais, mas como expressões de uma urbanização multiespécie. Em Nova Iguaçu, rios e canais degradados atuam como corredores de transmissão zoonótica, articulando enchentes, esgoto e resíduos a ciclos de reprodução de mosquitos *Aedes aegypti*, por exemplo. As infraestruturas precárias tornam-se parte de ecossistemas patogênicos, onde a circulação de agentes infecciosos é tanto biológica quanto social.

As classificações que definem o que é natureza, o que é cidade e o que é “praga” participam da própria produção dessas fronteiras. Em contraposição a essa visão, práticas comunitárias em Nova Iguaçu (como mutirões de limpeza, hortas urbanas e reflorestamento de margens) configuram formas de resistência e cuidado que reconhecem a cidade como uma ecologia compartilhada.

A contribuição conjunta desses autores permite desnaturalizar a categoria de praga urbana, mostrando que ela não é uma evidência biológica, mas uma construção social e política situada. O Rio Botas exemplifica como, diante de enchentes recorrentes, determinados animais transitam de seres mais-que-humanos — partícipes ativos da paisagem — para pragas a serem combatidas, alvo de discursos de higiene e responsabilização. Esse trânsito ocorre em um contexto histórico e social marcado por racismo ambiental e desigualdade urbana, em que a presença desses organismos reforça estigmas sobre as populações que convivem com eles.

O deslocamento de responsabilidades, que frequentemente recai sobre os moradores por despejar lixo ou ocupar áreas de risco, mascara a complexidade dessas interações. Como argumentam Scotto, Carvalho e Menezes (2023), narrativas institucionais e midiáticas reproduzem estigmas sobre populações negras e periféricas, apagando a historicidade de políticas de exclusão. Arruda e Caldas (2024) reforçam que o racismo ambiental não se define apenas por intenções discriminatórias, mas pelos efeitos concretos sobre corpos e territórios vulnerabilizados. No caso do Rio Botas, moradores de bairros como Morro Agudo e Comendador Soares não apenas sofrem perdas materiais recorrentes, mas também são moralmente responsabilizados pelas condições estruturais em que vivem.

A memória dos desastres, conforme destaca Pollak (1995), não é apenas individual, mas coletiva e marcada por marcos duradouros. Para os moradores do Rio Botas, os cheiros da lama, as marcas da enchente nas paredes, o medo diante da previsão de chuva e a lembrança de parentes perdidos para doenças transmitidas pela água compõem uma cartografia afetiva do desastre. Essas memórias atuam simultaneamente como formas de resistência — mantendo vivos os testemunhos das injustiças — e como guias para a preparação frente a novas enchentes, seja organizando grupos de alerta, seja fortalecendo redes de solidariedade.

As modificações produzidas pelos moradores na paisagem, como a organização coletiva para enfrentar cheias e o combate a queimadas na Serra, configuram-se como modos de habitar o espaço urbano. Na perspectiva de Ingold (2015), habitar significa que os habitantes produzem suas vidas dentro das correntes de atividades em que estão envolvidos, gerando condições de vida tanto para humanos quanto para não-humanos. O trabalho comunitário de reflorestamento e as hortas urbanas exemplificam essa política de cuidado, que envolve dimensões éticas, afetivas, práticas e remuneradas, configurando-se como elemento vital para o entrelaçamento de uma teia de vida mais-que-humana (PUIG DE LA BELLACASA et al., 2023).

No Estado do Rio de Janeiro, a gestão da água também segue linhas de trabalho historicamente estruturadas por gênero. Carol Maccormack (1980) observa que a divisão de trabalho baseada em categorias de gênero é central para a reprodução social. Em Nova Iguaçu, mulheres assumem papel preponderante na manutenção de sistemas informais de acesso à água, enquanto homens frequentemente participam da construção de infraestruturas coletivas, como

os mutirões de manutenção de poços e canais (PIEROBON, FERNANDES, 2023).

O papel das mulheres na Baixada Fluminense, como evidenciado por Leila Salles (2019), é central nas lutas por justiça ambiental. Elas organizam redes de solidariedade, lideram projetos educativos e mobilizam memórias comunitárias para enfrentar o abandono institucional. Essa atuação demonstra que as enchentes não apenas destroem, mas também geram coletividades que resistem. Essa política cotidiana é parcial e precária, mas necessária para a reprodução da vida urbana multiespécie.

As infraestruturas urbanas, mesmo estruturadas, encontram-se em constante processo de ruína e exigem manutenção contínua. Ingold (2015) e Pierobon e Fernandes (2023) destacam que essas manutenções impactam não apenas humanos, mas também espécies não-humanas, como a gestão de corpos hídricos e a manutenção de áreas verdes. A distribuição desigual dessas responsabilidades recria experiências racializadas e generificadas na sociedade (ANAND, 2017a; 2017b; RANGANATHAN, 2016 apud PIEROBON e FERNANDES, 2023).

Boa parte da infraestrutura do município não foi organizada pelo Estado, mas pelos próprios moradores. A governança por omissão transferiu os custos da urbanização para as comunidades (CARDOSO, 2007), onde a ausência de saneamento básico e a precariedade na coleta de resíduos criaram ecologias urbanas favoráveis à proliferação de vetores de doenças. Gandy (2023) reforça que a falta de infraestrutura hídrica adequada em áreas periféricas não só intensifica enchentes, como cria condições para a emergência de zoonoses. Assim, em bairros como Morro Agudo e Comendador Soares, a convivência entre humanos, mosquitos, ratos e baratas revela uma ecologia compartilhada marcada por desigualdade e abandono institucional.

Após a passagem das enchentes, quando cessam a cobertura da mídia, os moradores deixam de ser vistos enquanto vítimas de um desastre, e passam a ser responsabilizados pela sua própria condição. O discurso oficial frequentemente os acusa de morar em áreas de risco, de despejar resíduos sem tratamento nos rios e de construir residências irregulares. Dessa forma, desloca-se a responsabilidade estrutural do Estado para as escolhas individuais, reforçando estigmas históricos sobre a Baixada Fluminense. Ao mesmo tempo, o estigma de morar em um local precário se imbrica com a existência de seres que são indesejáveis para o território. Corpos e territórios marginalizados são responsabilizados por suas próprias mazelas,

com um deslocamento simbólico que transforma comunidades que sofreram perdas irreparáveis em culpadas pelo próprio sofrimento, legitimando a ausência de políticas preventivas (GONZALES, 1984).

Conclusão

Os desastres urbanos não podem ser reduzidos a fenômenos climáticos. A precariedade no abastecimento de água, por exemplo, é estrutural: entre 2000 e 2010, o acesso ao Sistema Guandu caiu de 81% para 76% (BRITTO, FORMIGA-JOHNSSON, CARNEIRO, 2016). Para compensar, moradores recorrem a poços artesianos, enquanto o saneamento deficiente leva ao despejo de esgoto no Rio Botas. A rápida urbanização trouxe desafios ambientais adicionais, como poluição, degradação de ecossistemas e gestão inadequada de resíduos, potencializando o aparecimento de doenças no território (DE MATOS BARBOSA, PREVE, TEIXEIRA, 2024).

No caso da Baixada Fluminense, a convivência com o rio não é apenas problema técnico a ser resolvido, mas campo de memória, sociabilidade e pertencimento. Os moradores que narram suas infâncias à beira do Botas, antes que ele se transformasse em “valão”, expressam esse vínculo territorial que não cabe no vocabulário técnico da gestão urbana. Assim, cada enchente não destrói apenas casas e bens, mas também compromete uma trama de relações e saberes que se inscrevem no território, evidenciando a disputa entre modos de habitar.

O histórico de agressões ambientais evidencia a negligência institucional: o lixão de Marambaia, o aterro de Adrianópolis, despejos químicos e resíduos tóxicos próximos à Reserva Biológica de Tinguá (VIÉGAS, 2006) expõem moradores e animais a riscos constantes. Essas práticas não apenas degrada ecossistemas, mas reproduzem desigualdades no acesso à infraestrutura, saneamento e habitação segura, onde grupos sociais são sistematicamente expostos a riscos ambientais em nome da expansão urbana ou de interesses econômicos. Entende-se, assim, que a Baixada Fluminense, historicamente, se tornou receptora de empreendimentos e populações deslocadas, assumindo um papel subalterno dentro da lógica metropolitana..

O caso do Rio Botas confirma que enchentes são fenômenos mais-que-humanos: não

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

se tratam apenas de chuva ou falha de planejamento, mas de eventos em que águas, animais, fungos e bactérias, infraestruturas e políticas se entrelaçam. Reconhecer esse emaranhado abre espaço para políticas públicas que atuem com a instabilidade, reconheçam vidas multiespécie e promovam justiça ambiental.

Por fim, a vida urbana em Nova Iguaçu é multiespécie, interdependente e vulnerável. Mosquitos, ratos e baratas não são apenas agentes de risco, mas participantes ativos de ecologias urbanas marcadas por desigualdade e precariedade. A categorização de espécies como pragas reflete interesses políticos e sociais e reforça estigmas sobre populações vulneráveis. Apesar da presença significativa de áreas verdes e de preservação ambiental (PRUDENTE, 2017), o município enfrenta desafios estruturais de urbanização, infraestrutura e ocupação de áreas alagáveis, confirmando que a justiça ambiental é inseparável da compreensão das cidades como ecologias compartilhadas e mais-que-humanas.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, A.; CALDAS, R. Racismo ambiental e desigualdade socioespacial. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Geografia**, 2024.

BRITTO, A. L.; FORMIGA-JOHNSON, R. M.; CARNEIRO, P. R. Abastecimento de água e desigualdades socioespaciais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Cadernos Metrôpole**, v. 18, n. 36, p. 413-436, 2016.

DESCOLA, P. **Além da natureza e da cultura**. São Paulo: Editora Ubu, 2017.

DE MATOS BARBOSA, M.; PREVE, D.; TEIXEIRA, C. Urbanização e desigualdade socioambiental no Brasil contemporâneo. **Revista de Direito e Desenvolvimento**, v. 15, n. 2, p. 39-56, 2024.

FILIPOVIĆ, Aleksandar. *Pests in the City: Flies, Bedbugs, Cockroaches, and Rats in Urban Ecology*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.

FRANCISCO, W. C. Clima e chuvas na Baixada Fluminense. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 55, n. 2, p. 73-89, 1993.

HARAWAY, D. **Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene**. Durham: Duke University Press, 2016.

INGOLD, T. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. Londres: Routledge, 2012.

INGOLD, T. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Vozes, 2015.

KIRKSEY, S.; HELMREICH, S. The emergence of multispecies ethnography. **Cultural Anthropology**, v. 25, n. 4, p. 545-576, 2010.

MERLO, T. Rios urbanos e vulnerabilidade socioambiental na Baixada Fluminense. **Revista GeoUERJ**, n. 39, p. 1-23, 2021.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1995.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

PRUDENTE, M. A. Cobertura vegetal e planejamento urbano em Nova Iguaçu. In: **Plano Diretor Participativo de Nova Iguaçu: leituras críticas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017.

RUBLESCKI, A. R. Drosófilas no Antropoceno: ecologias, pragas e experimentações científicas. **Revista Ilha**, v. 17, n. 1, p. 51-74, 2022.

SALLES, L. Mulheres, educação ambiental e justiça na Baixada Fluminense. **Anais do Encontro Nacional de Educação Ambiental**, 2019.

SCOTTO, G.; CARVALHO, R.; MENEZES, L. A Baixada é cruel: racismo ambiental e narrativas contracoloniais na Baixada Fluminense/RJ. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) – UFRRJ, 2023.

TSING, A. L. **The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins**. Princeton: Princeton University Press, 2015.

TSING, A. L. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. **Revista Ilha**, v. 17, n. 1, p. 29-49, 2022.

VIÉGAS, R. Políticas ambientais e resíduos tóxicos na Baixada Fluminense. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2006.

ZORZENON, F. J. Pragmas urbanas: uma visão sobre o ambiente e a saúde pública. **Revista Brasileira de Entomologia Aplicada**, v. 6, n. 2, p. 11-20, 2002.